A EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA E DECOLONIAL NO ENSINO DE GEOGRAFIA: ANÁLISE DAS DIRETRIZES DO CURRÍCULO DA CIDADE DE SÃO PAULO

GUSTAVO BRITO CAVALCANTI

RESUMO
Este estudo examina as diretrizes do Currículo de Geografia da Cidade de São Paulo à luz das abordagens antirracista e decolonial, analisando os avanços e desafios na promoção de uma educação que valorize a diversidade étnico-racial. O currículo inclui as Leis nº 10.639/03 e 11.645/08, que tornam obrigatório o ensino da história e cultura afro-brasileira e indígena, mas enfrenta obstáculos como a falta de formação contínua dos professores e a resistência cultural em algumas escolas. O uso de metodologias ativas, como a cartografia crítica, e de projetos interdisciplinares é apontado como uma estratégia essencial para uma educação transformadora. As Orientações Pedagógicas: Povos Afro-Brasileiros e Povos Migrantes destacam a importância de práticas pedagógicas contínuas e ligadas à realidade dos alunos, especialmente nas regiões periféricas da cidade, promovendo uma cidadania crítica e inclusiva. Conclui-se que o Currículo de Geografia possui um grande potencial para promover uma educação antirracista e decolonial, desde que os desafios sejam enfrentados de forma sistemática e que os educadores recebam formação adequada. O estudo aponta direções para uma prática pedagógica mais crítica e inclusiva.

Palavras-chave: Educação Antirracista. Prática Pedagógica. Currículo de Geografia.

ABSTRACT
This study examines the guidelines of the Geography Curriculum of São Paulo City in light of anti-racist and decolonial approaches, analyzing advances and challenges in promoting education that values ethnic-racial diversity. The curriculum incorporates Laws No. 10.639/03 and 11.645/08, which mandate teaching Afro-Brazilian and Indigenous history and culture, but faces barriers such as a lack of continuous teacher training and cultural resistance in schools. Active methodologies, such as critical cartography, and interdisciplinary projects are highlighted as essential for transformative education. This work contributes to critical and inclusive pedagogical practices, aligned with the Sustainable Development Goals (SDGs).
Key-words: Anti-racist Education; Pedagogical Practice; Geography Curriculum.

INTRODUÇÃO

A educação antirracista e decolonial tem ganhado cada vez mais relevância no debate educacional, especialmente em um contexto social como o brasileiro, marcado por profundas desigualdades raciais e pela herança colonial. No ensino de geografia, essas abordagens se mostram especialmente potentes, uma vez que a disciplina explora questões de território, poder e relações sociais, temas diretamente ligados às dinâmicas de colonização e suas consequências. Entretanto, mesmo com os avanços legislativos e normativos, como as Leis nº 10.639/03 e 11.645/08, que obrigam o ensino da história e cultura afro-brasileira e indígena, o desafio de promover uma educação que realmente enfrente o racismo estrutural e que descentralize o olhar eurocêntrico ainda persiste.
As legislações supracitadas, promulgadas em resposta a movimentos sociais e acadêmicos, representam marcos importantes na luta pela equidade educacional, mas sua implementação encontra entraves no cotidiano das escolas. É necessário considerar que o sistema educacional brasileiro historicamente reproduz narrativas coloniais, relegando ao segundo plano as contribuições dos povos afro-brasileiros e indígenas. No campo da Geografia, a desconstrução dessas narrativas demanda práticas pedagógicas que articulem o estudo do espaço com a valorização da diversidade cultural e a análise crítica das desigualdades socioespaciais. Além disso, o ensino de geografia carrega o potencial de conectar questões históricas a problemas contemporâneos, como o racismo ambiental, a segregação urbana e as desigualdades territoriais. No Brasil, esses fenômenos são especialmente evidentes

nas periferias das grandes cidades, onde as dinâmicas de exclusão frequentemente se sobrepõem às dimensões raciais e econômicas. O currículo escolar, portanto, deve ir além de um modelo conteudista e oferecer aos estudantes ferramentas para compreenderem e questionarem essas dinâmicas, promovendo uma educação que valorize o pensamento crítico e a cidadania ativa.

Outro ponto central é a importância da formação continuada dos educadores para a implementação de práticas antirracistas e decoloniais. A ausência de capacitação adequada muitas vezes impede que as diretrizes curriculares se traduzam em práticas transformadoras na sala de aula. Nesse contexto, o diálogo interdisciplinar e o uso de metodologias ativas, como a cartografia crítica, emergem como alternativas para enriquecer o processo de ensino-aprendizagem, permitindo que os estudantes compreendam a geografia como uma ferramenta de análise e intervenção social.

Diante deste cenário, este estudo tem como objetivo analisar as diretrizes do Currículo de Geografia da Cidade de São Paulo à luz da educação antirracista e decolonial, buscando entender em que medida esses princípios estão refletidos nas propostas pedagógicas voltadas ao ensino fundamental. Nesse processo, a análise considera como o currículo dialoga com as realidades locais, especialmente nas regiões periféricas, e como ele promove práticas pedagógicas que ampliem a compreensão dos alunos sobre as desigualdades socioespaciais.

A partir da análise crítica do currículo, a pesquisa se propõe a responder à seguinte questão: Em que medida o currículo de geografia da rede municipal de São Paulo promove uma educação que desafie as estruturas racistas e coloniais? Para isso, serão discutidos os avanços e as limitações da implementação de uma educação antirracista e decolonial no contexto escolar paulistano, bem como as possíveis práticas pedagógicas que podem contribuir para a construção de uma educação mais crítica, inclusiva e transformadora. Assim, pretende-se não apenas levantar questões teóricas, mas também oferecer sugestões práticas que possam ser aplicadas no cotidiano das escolas, promovendo a justiça social e o respeito às diversidades culturais e territoriais.

ANÁLISE DO CURRÍCULO DE GEOGRAFIA DA CIDADE DE SÃO PAULO

O Currículo de Geografia da Cidade de São Paulo propõe uma abordagem que visa à inclusão das questões étnico-raciais no ensino, destacando a importância de uma educação que promova a valorização da diversidade e o combate ao racismo. O documento afirma que "o estudo das relações de poder que moldam o território brasileiro deve ser articulado com uma visão crítica sobre o impacto da colonização e a exploração racial, destacando a importância de práticas pedagógicas antirracistas" (São Paulo, 2022, p. 28). Essa perspectiva reconhece as contribuições dos povos afro-brasileiros e indígenas para a formação territorial e cultural do Brasil, conectando-se diretamente às Leis nº 10.639/03 e 11.645/08, que tornam obrigatório o ensino da história e cultura afrobrasileira e indígena.

As Orientações Pedagógicas: Povos Afro-Brasileiros reforçam que a implementação de uma educação antirracista requer práticas contínuas e estruturadas ao longo do ano letivo. Isso implica na necessidade de que os conteúdos relacionados à diversidade racial sejam tratados de forma transversal, permeando todas as disciplinas e atividades escolares (São Paulo, 2022, p. 87). Essa transversalidade é fundamental para desconstruir narrativas coloniais que, historicamente, dominaram o ensino de geografia, priorizando perspectivas eurocêntricas.

Além disso, o currículo enfatiza a exploração de temas como racismo ambiental, segregação urbana e desigualdades territoriais. Esses conceitos permitem que os alunos compreendam as dinâmicas de exclusão territorial associadas às desigualdades raciais, incentivando uma análise crítica da organização socioespacial de suas comunidades. Essas abordagens não apenas fortalecem o papel da geografia na formação cidadã, mas também promovem um entendimento mais profundo das realidades locais dos estudantes.

Outro aspecto relevante destacado pelo currículo é o papel da geografia na formação de

cidadãos críticos. Segundo o documento, "a geografia deve permitir que os alunos compreendam a segregação urbana, o racismo ambiental e os processos de marginalização, incentivando a participação ativa na luta por direitos" (São Paulo, 2022, p. 31). Essa proposta dialoga com as Orientações Pedagógicas: Povos Migrantes, que destacam a importância de incluir no currículo a diversidade cultural e linguística dos migrantes, promovendo uma cidadania crítica e inclusiva (São Paulo, 2023, p. 48).

Para Fernandes et al. (2024), "a educação para a cidadania precisa ir além da teoria, oferecendo oportunidades para que os alunos atuem como agentes de mudança em suas comunidades" (Fernandes et al., 2024, p. 78). No contexto de São Paulo, isso significa abordar de forma crítica as desigualdades raciais e territoriais, conectando os conteúdos curriculares à realidade vivida pelos alunos, especialmente nas periferias urbanas.

O uso de metodologias ativas, como a cartografia crítica, é um dos pilares do currículo para promover uma educação antirracista e decolonial. A cartografia crítica não apenas analisa as dinâmicas de poder e exclusão territorial, mas também oferece aos alunos ferramentas para resistir a essas dinâmicas. Segundo o currículo, "a cartografia crítica permite que os alunos visualizem as dinâmicas de exclusão territorial que moldam as cidades, incentivando uma leitura mais crítica dos mapas e da geografia" (São Paulo, 2022, p. 33).

Essa prática, quando combinada com projetos interdisciplinares, potencializa o aprendizado ao integrar conhecimentos de diferentes áreas, como história, literatura e sociologia. As Orientações Pedagógicas: Povos AfroBrasileiros sugerem a análise de territórios historicamente ocupados por populações afrodescendentes e indígenas, fortalecendo o vínculo entre o currículo de geografia e as lutas por equidade racial (São Paulo, 2022, p. 135).

Além das abordagens mencionadas, o Currículo de Geografia da Cidade de São Paulo reconhece a relevância de incorporar temas ligados às mudanças climáticas e suas relações com a desigualdade racial e territorial. Ao discutir como os efeitos das alterações climáticas afetam de forma desproporcional as populações em situação de vulnerabilidade, especialmente nas periferias urbanas, o currículo amplia o leque de discussões antirracistas ao evidenciar o conceito de racismo ambiental. Segundo as Orientações Pedagógicas: Povos Afro-Brasileiros, essas discussões ajudam os alunos a compreender como fatores históricos, como o colonialismo e a exploração de recursos naturais, continuam a impactar as relações sociais e espaciais no presente (São Paulo, 2022, p. 95).

As práticas propostas pelo currículo incentivam o uso de estudos de caso locais, como a análise da ocupação de áreas de mananciais na Região Metropolitana de São Paulo, para ilustrar como a segregação socioespacial se relaciona com o acesso desigual aos recursos naturais. Essas iniciativas reforçam a necessidade de uma geografia que não apenas interprete os fenômenos territoriais, mas também capacite os alunos a propor soluções que promovam equidade e sustentabilidade. Segundo Botelho et al. (2024), "a geografia escolar deve oferecer ferramentas que combinem análise crítica e proposição de alternativas para enfrentar as desigualdades territoriais" (Botelho et al., 2024, p. 38).

Por fim, o currículo aponta para a necessidade de formação continuada dos professores, incluindo capacitações que abordem racismo ambiental, segregação urbana e outras dinâmicas territoriais. Campos e Nascimento (2024) reforçam que "a ausência de capacitação específica limita a capacidade dos professores de lidar com as questões raciais de maneira crítica" (Campos; Nascimento, 2024, p. 14). Nesse sentido, o desenvolvimento de práticas pedagógicas conectadas às realidades locais e o incentivo ao uso de tecnologias educacionais tornam-se fundamentais para transformar o ensino de geografia em um espaço de reflexão crítica e emancipação.

DESAFIOS E LIMITAÇÕES NA IMPLEMENTAÇÃO DE UMA EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA E DECOLONIAL

A implementação de uma educação antirracista e decolonial na rede municipal de São Paulo enfrenta desafios estruturais signifi-

cativos, que vão além da falta de formação contínua para os docentes. Embora Campos e Nascimento
(2024) afirmem que "a ausência de capacitação específica limita a capacidade dos professores de lidar com as questões raciais de maneira crítica" (Campos; Nascimento, 2024, p. 14), é importante destacar que essa formação deve incluir abordagens metodológicas que rompam com práticas pedagógicas tradicionais e ofereçam ferramentas para lidar com a complexidade das questões raciais e culturais.

As Orientações Pedagógicas: Povos Migrantes ressaltam a necessidade de preparar os educadores para lidar com a diversidade linguística e cultural dos estudantes, um desafio particular em uma cidade como São Paulo, onde escolas frequentemente atendem alunos de múltiplas origens nacionais (São Paulo, 2023, p. 109). Essa realidade exige um currículo que promova não apenas a inclusão, mas também a valorização das identidades migrantes, o que muitas vezes esbarra na resistência de educadores e gestores a discutirem questões políticas e históricas relacionadas à migração e ao racismo estrutural.

Além das barreiras culturais, como a resistência ao debate sobre questões raciais e coloniais, persistem dificuldades em garantir recursos pedagógicos adequados para a abordagem dessas temáticas. O racismo ambiental, a segregação urbana e as desigualdades territoriais, embora previstos no currículo, requerem materiais didáticos específicos e uma infraestrutura que permita a exploração prática desses conceitos. Fernandes et al. (2024) sugerem que "o sistema educacional deve enfrentar essas resistências com estratégias de sensibilização e formação para que as discussões sobre racismo sejam normalizadas no ambiente escolar" (Fernandes et al., 2024, p. 80).

Outro desafio significativo é a escassez de materiais didáticos que tratem de maneira profunda e crítica as questões relacionadas à educação antirracista e decolonial. Muitas vezes, os recursos disponíveis reproduzem estereótipos ou tratam as culturas afro-brasileiras e indígenas de forma superficial, o que dificulta a implementação das diretrizes curriculares. Nesse contexto, as Orientações Pedagógicas: Povos Migrantes destacam a necessidade de criar materiais que dialoguem diretamente com as realidades locais, valorizando as narrativas históricas das comunidades periféricas e quilombolas (São Paulo, 2023, p. 110).

Além disso, o sistema educacional precisa superar a segmentação entre disciplinas para promover uma integração curricular efetiva. Embora o currículo de geografia defenda práticas interdisciplinares, as dificuldades em coordenar ações entre diferentes áreas do conhecimento muitas vezes limitam a aplicação desse princípio. O diálogo entre história, sociologia, ciências e artes poderia fortalecer a compreensão das dinâmicas territoriais e raciais, enriquecendo a formação cidadã dos estudantes. Para Fernandes et al. (2024), "a interdisciplinaridade no ensino é fundamental para que os alunos consigam conectar conteúdos acadêmicos às questões reais vividas em suas comunidades" (Fernandes et al., 2024, p. 81).

Apesar das diretrizes progressistas presentes no Currículo de Geografia da Cidade de São Paulo, as contradições entre a intenção de promover uma educação decolonial e as limitações das estruturas curriculares tradicionais continuam a ser um entrave. Campos e Nascimento (2024) destacam que "o currículo, embora reconheça a importância da diversidade racial, ainda perpetua uma visão eurocêntrica que limita a desconstrução das hierarquias coloniais" (Campos; Nascimento, 2024, p. 13). Para que o currículo de geografia se torne verdadeiramente transformador, é necessário ir além da inclusão de conteúdos afro-brasileiros e indígenas, desenvolvendo práticas que questionem as bases eurocêntricas e promovam uma abordagem crítica, interseccional e contínua.

POSSÍVEIS CAMINHOS E PRÁTICAS PEDAGÓGICAS ANTIRRACISTAS

Para que o Currículo de Geografia da Cidade de São Paulo seja um instrumento efetivo de transformação, é fundamental implementar práticas pedagógicas que promovam uma leitura crítica do território, da história racial e das dinâmicas de poder que moldam a so-

ciedade. As Orientações Pedagógicas:
Povos Migrantes sugerem que "as práticas pedagógicas devem incluir o acolhimento da diversidade cultural e o reconhecimento das contribuições dos migrantes para a sociedade brasileira" (São Paulo, 2023, p. 48). Nesse contexto, práticas interdisciplinares que conectem o estudo da geografia às realidades locais dos alunos podem incluir, por exemplo, a análise crítica de mapas históricos e contemporâneos, destacando as desigualdades territoriais e a influência do racismo na configuração das cidades e projetos que investiguem a história de bairros periféricos, quilombos urbanos ou territórios migrantes, promovendo o protagonismo dos alunos em contar as histórias de suas comunidades.
Metodologias ativas, como a cartografia crítica, emergem como ferramentas essenciais para desenvolver uma educação antirracista. Essa abordagem permite que os alunos visualizem as dinâmicas de exclusão territorial e compreendam como os mapas podem ser usados tanto para reproduzir desigualdades quanto para resistir a elas (São Paulo, 2022, p. 33). Essa prática pode ser enriquecida por atividades interdisciplinares, como a conexão com os conteúdos históricos e literários que explorem narrativas de resistência de populações afrodescendentes e indígenas.
Uma prática pedagógica inovadora e alinhada às diretrizes do currículo é o uso de cartografias participativas, nas quais os próprios alunos constroem mapas que representam suas vivências no território. Essa metodologia não apenas fortalece o protagonismo dos estudantes, mas também revela dinâmicas locais de exclusão e resistência, conectando o aprendizado teórico às realidades práticas. A inclusão de relatos orais e memórias das comunidades locais nesse processo contribui para valorizar a pluralidade cultural e promover um aprendizado significativo. Botelho et al. (2024) destacam que "a cartografia participativa transforma o mapa em uma ferramenta de diálogo e reflexão crítica, ressignificando o território a partir das perspectivas locais" (Botelho et al., 2024,
p. 40).
As Orientações Pedagógicas: Povos Afro-Brasileiros sugerem ainda a realização de mostras culturais como uma forma de conectar os conteúdos curriculares à identidade dos alunos. Nessas atividades, os estudantes poderiam apresentar projetos que relacionem questões territoriais a suas histórias familiares e comunitárias, fortalecendo o vínculo entre o currículo escolar e as vivências locais (São Paulo, 2022, p. 140). Tais práticas, segundo Fernandes et al. (2024), "promovem a conscientização dos estudantes sobre sua própria história, além de estimular o engajamento cívico e a valorização da diversidade" (Fernandes et al., 2024, p. 82).
A formação continuada dos professores é outro elemento crucial para a implementação de uma educação antirracista e decolonial. As Orientações
Pedagógicas: Povos Afro-Brasileiros afirmam que "a formação docente contínua é uma prioridade para assegurar que os educadores tenham as ferramentas necessárias para enfrentar o racismo estrutural e a xenofobia em sala de aula" (São Paulo, 2022, p. 87). Essa formação precisa incluir capacitações específicas sobre racismo ambiental e segregação urbana, temas ainda pouco abordados nos currículos tradicionais e deve haver o Incentivo ao uso de tecnologias educacionais, como aplicativos de mapeamento colaborativo, que permitam aos alunos explorar as dinâmicas socioespaciais de forma interativa e crítica.
Por fim, o currículo deve promover o diálogo entre professores, alunos e comunidades, criando espaços de escuta e compartilhamento de experiências. Esse processo é fundamental para construir uma educação que valorize a diversidade e promova a justiça social. Além disso, a integração dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), como o ODS 4 (Educação de Qualidade) e o ODS 10 (Redução das Desigualdades), pode oferecer um quadro de referência para orientar práticas pedagógicas inclusivas e transformadoras.

CONCLUSÃO

Este estudo analisou as diretrizes do Currículo de Geografia da Cidade de São Paulo à luz das perspectivas antirracista e decolonial, evidenciando importantes avanços na promoção da diversidade étnico-racial e na

valorização das culturas afro-brasileira e indígena. Ao incorporar as Leis nº 10.639/03 e 11.645/08, o currículo reafirma seu compromisso com uma educação transformadora, fundamentada na desconstrução de narrativas eurocêntricas e na valorização das contribuições históricas e culturais de grupos historicamente marginalizados. No entanto, para que essas diretrizes se tornem efetivas, é fundamental superar desafios estruturais e culturais que ainda limitam sua plena implementação.

Embora o currículo destaque metodologias ativas, como a cartografia crítica, e incentive projetos interdisciplinares, sua eficácia depende diretamente da capacitação contínua dos professores. A formação docente deve contemplar a análise crítica de temas como racismo ambiental, segregação urbana e exclusão territorial, conectando esses conteúdos às vivências locais dos alunos. Nesse contexto, a interdisciplinaridade surge como uma ferramenta essencial para ampliar as possibilidades pedagógicas, integrando conhecimentos de história, sociologia, ciências e artes para enriquecer o processo de ensino aprendizagem.

A relação entre o currículo e as demandas globais, como os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), reforça o papel da geografia como uma disciplina central para a construção de uma cidadania crítica e participativa. Ao dialogar com o ODS 4 (Educação de Qualidade) e o ODS 10 (Redução das Desigualdades), o ensino de geografia não apenas fomenta a compreensão crítica do mundo, mas também prepara os estudantes para atuarem como agentes de mudança em suas comunidades.

As tecnologias educacionais, como plataformas de mapeamento colaborativo e ferramentas digitais, despontam como recursos valiosos para tornar o aprendizado mais inclusivo e inovador. Essas ferramentas permitem que os alunos conectem teoria e prática de forma interativa, analisando dinâmicas de exclusão territorial e fortalecendo seu protagonismo na construção de soluções para problemas reais. Aliadas a projetos de cartografia participativa, que envolvem a criação de mapas com base nas vivências dos estudantes, essas tecnologias tornam o ensino mais próximo das realidades locais e mais significativo.

Por fim, o currículo valoriza a importância de aproximar o ensino das realidades vividas pelos alunos, especialmente aqueles em contextos de vulnerabilidade, como as periferias urbanas. Projetos que explorem a história de bairros periféricos, quilombos urbanos e territórios migrantes são exemplos concretos de como conectar o aprendizado às experiências comunitárias, promovendo o protagonismo estudantil e fortalecendo o sentimento de pertencimento.

O Currículo de Geografia da Cidade de São Paulo apresenta um enorme potencial para transformar a educação em um espaço de reflexão crítica e emancipação social. Para que isso ocorra, é indispensável um esforço coletivo que envolva educadores, gestores, comunidades e políticas públicas comprometidas com a justiça social. Ao superar os desafios e implementar as práticas pedagógicas aqui discutidas, o ensino de geografia pode consolidar-se como uma ferramenta poderosa para a formação de cidadãos conscientes e engajados, capazes de enfrentar as desigualdades e contribuir para a construção de uma sociedade mais equitativa e sustentável.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BOTELHO, Lúcio Antônio Leite Alvarenga; VALADÃO, Roberto Célio; ROCCA, Lorena. Proposições para a construção de um raciocínio geográfico: uma busca da geografia escolar no Brasil. Finisterra, Lisboa, v. 59, n. 125, p. 33-37, 2024.

CAMPOS, Margarida de Cássia; NASCIMENTO, Lindberg Junior. BNCC de Geografia do Ensino Fundamental e as contradições para uma educação decolonial e antirracista. Educação em Revista, Belo Horizonte, v. 40, p. 12-14, 2024.

FERNANDES, Fernanda de Meireles; MELLO, José André Villas Boas; PEREIRA, Marcelo Oliveira. Uma análise do andamento da implementação dos ODS no currículo de alunos em bairro da periferia do Rio de Janeiro. Sisyphus, Lisboa, v. 12, n. 2, p. 78-82, 2024.

SÃO PAULO (Município). Secretaria Municipal de Educação. Currículo da Cidade: Geo-

grafia. São Paulo: SME, 2022.
SÃO PAULO (Município). Secretaria Municipal de Educação. Currículo da Cidade: educação antirracista: orientações pedagógicas: povos afro-brasileiros. São Paulo: SME, 2022.
SÃO PAULO (Município). Secretaria Municipal de Educação. Currículo da Cidade: povos migrantes: orientações pedagógicas. São Paulo: SME, 2023.